



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 261.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 26/11/2025

SESSÃO DELIBERATIVA EXTRAORDINÁRIA PRESENCIAL (AM Nº 123/2020) DE 26/11/2025

BREVES COMUNICAÇÕES

Sanderson (PL - RS) - O Deputado afirmou que o Brasil vive um dos períodos mais sombrios de sua história, acusando ministros do Judiciário de promover perseguição política por meio de processos penais sem provas, com o objetivo de afastar lideranças, especialmente Jair Bolsonaro, condenado a 27 anos de prisão. Disse ainda que a situação configuraria um regime autoritário, citando também a prisão de Braga Netto, a perseguição a militares e o exílio de parlamentares. Para o Deputado, as acusações relacionadas a um suposto golpe seriam uma narrativa criada para retirar adversários políticos do cenário eleitoral. Defendeu que o Congresso aprove urgentemente uma anistia ampla, geral e irrestrita a todos os envolvidos, como forma de restaurar a democracia e enfrentar abusos institucionais. Por fim, afirmou que a direita elegerá maioria no Congresso e um Presidente digno, prometendo responsabilização dos que cometeram abusos e retomada do País das mãos de um sistema corrupto.

Otoni de Paula (MDB - RJ) - O Deputado declarou ter decidido se afastar dos extremos políticos e de antigas posturas que adotou, afirmando que agora busca agir conforme os ensinamentos de Cristo. Disse arrepender-se de declarações agressivas feitas no passado e reconheceu que sua atitude se parecia mais com radicalismo político do que com seu papel de pastor. Também expressou arrependimento por ter negado o racismo, defendido a ideia de que tudo se resolve pela violência e associado Jesus a uma ideologia política. Por fim, afirmou que sua mudança não se deve a ruptura com Bolsonaro, mas com seu antigo eu, e disse querer alertar aqueles que ainda permanecem presos ao mesmo radicalismo que ele abandonou.

Jefferson Campos (PL - SP) - O Deputado registrou que a Assembleia Legislativa de São Paulo indicou o Deputado Estadual Carlos Cezar da Silva, seu parente, para o Tribunal de Contas do Estado. Destacou a trajetória do indicado, que foi Vereador por dois mandatos, estava no quarto mandato como Deputado Estadual e era líder do PL. Agradeceu aos Deputados pela escolha, mencionando a condução do Deputado André do Prado, e ressaltou a satisfação da Igreja do Evangelho Quadrangular com a nomeação.

Leônidas Cristino (PDT - CE) - O Deputado informou que a Comissão de Meio Ambiente aprovou a realização de uma audiência pública para analisar os resultados da COP 30 relacionados ao Bioma Caatinga. Destacou que a Caatinga sofre fortes impactos das mudanças climáticas, como secas mais intensas e chuvas irregulares, o que ameaça espécies e a segurança hídrica da população. Relatou ainda que a COP 30 permitiu discutir compromissos, investimentos e cooperação internacional voltados à proteção e ao desenvolvimento



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 261.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 26/11/2025

sustentável da região. Por fim, disse que a audiência permitirá avaliar como esses acordos serão incorporados às políticas públicas federais.

Coronel Chrisóstomo (PL - RO) - O Deputado destacou a força do agronegócio e o potencial mineral de Rondônia, além de criticar ações de fiscalização que prejudicariam mineradores locais. Além disso, manifestou indignação com as prisões de militares de alta patente e defendeu que não houve tentativa de golpe, afirmando que faltariam elementos que caracterizassem tal crime. Reiterou apoio ao ex-Presidente Jair Bolsonaro, questionando sua prisão e alegando violações constitucionais. Por último, mencionou sua atuação na CPI sobre fraudes contra aposentados e pensionistas, ressaltando prisões já realizadas.

Hildo Rocha (MDB - MA) - O Deputado destacou a sanção do Projeto de Lei nº 1.087, de 2025, que isenta do Imposto de Renda trabalhadores que recebem até 5 mil reais mensais e estabelece descontos graduais para rendas até 7.350 reais, medida viabilizada pela tributação de pessoas com rendimentos muito elevados, prevista para começar em 2026. Ressaltou que a nova estrutura busca promover justiça tributária, elogiou o trabalho dos Parlamentares envolvidos na tramitação e celebrou o ato no Palácio do Planalto, marcado pela presença de autoridades e representantes sindicais.

Afonso Motta (PDT - RS) - O Deputado registrou a presença de Yuri Ferri, 1º Suplente de Vereador do PDT de Porto Alegre (RS), destacando sua vinda a Brasília (DF) para apresentar projetos e colaborar na melhoria da qualidade de vida da população da capital gaúcha.

Márcio Jerry (PCdoB - MA) - O Deputado destacou a sanção do Presidente Lula ao projeto que isenta do Imposto de Renda quem ganha até 5 mil reais e reduz a tributação para quem recebe entre 5 mil e 7.350 reais, classificando a medida como justiça tributária e cumprimento de promessa de campanha. Celebrou também o funcionamento das instituições democráticas, afirmando que as prisões relacionadas às tentativas de golpe, incluindo a do ex-Presidente Jair Bolsonaro, refletem a aplicação rigorosa da lei. Concluiu exaltando a democracia e o sistema de Justiça brasileiro.

Chico Alencar (PSOL - RJ) - O Deputado afirmou que a sanção da lei que isenta do Imposto de Renda quem ganha até 5 mil reais e reduz a alíquota para rendas de até 7.350 reais representa um avanço na justiça tributária e aproxima o Estado da população. Destacou que cerca de 15 milhões de pessoas serão beneficiadas com a isenção e que contribuintes com rendimentos anuais acima de 600 mil reais passarão a pagar até 10% sobre dividendos, como forma de compensação. Afirmou ainda que a medida é um passo importante na redução das desigualdades e no fortalecimento da democracia, ainda que não resolva



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 261.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 26/11/2025

integralmente problemas estruturais. Concluiu defendendo que o País avance com justiça social e progresso para todos.

Coronel Chrisóstomo (PL - RO) - O Deputado defendeu que o Congresso vote uma anistia ampla, geral e irrestrita, nos moldes de experiências anteriores, abrangendo os envolvidos nos fatos de 8 de janeiro e o ex-Presidente Jair Bolsonaro. Para isso, pediu ao Presidente da Câmara que leve o projeto ao Plenário o quanto antes, afirmando que a sociedade espera essa votação.

Gilson Daniel (PODE - ES) - O Deputado afirmou que o Espírito Santo enfrenta uma “indústria de multas”, criticando especialmente o uso de radares móveis pela Polícia Rodoviária Federal em trechos como a descida de Cariacica (ES) e de Mucurici (ES) que têm resultado em grande número de autuações sem caráter educativo. Citou também Vila Velha (ES), onde seis radares teriam registrado mais de 16 mil multas em 40 dias. Concluiu, afirmando que a prática é abusiva e precisa ser revista, com foco em educação no trânsito em vez de punição.

Heitor Schuch (PSB - RS) - O Deputado saudou a presença da Vereadora Ana Paula Stumpf, de Nicolau Vergueiro (RS), e destacou sua atuação. Em seguida, relatou a situação crítica enfrentada pelos produtores rurais do Rio Grande do Sul, afirmando que preços de diversos produtos como soja, milho, arroz, leite e erva-mate atingiram níveis excepcionalmente baixos. Ressaltou que o setor leiteiro vive sete meses consecutivos de queda de preços, tornando a produção insustentável. Parabenizou a Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Sul (Fetag-RS) pelos encontros realizados no interior e informou que demandas construídas com produtores e lideranças foram levadas a órgãos federais. Concluiu, porém, que será necessária uma mobilização ampla para pressionar por medidas que envolvem controle de importações, *antidumping* e ajustes legais, de modo a garantir condições de produção, investimento e pagamento de financiamentos pelos agricultores.

Luiz Lima (NOVO - RJ) - O Deputado afirmou que muitos eleitores cobram ações da direita em relação à anistia e destacou que o Partido Novo tem atuado de forma consistente nesse tema. Declarou que a legenda votou integralmente a favor da anistia, foi totalmente contrária à manutenção da prisão do Deputado Daniel Silveira e tem insistido para que o Presidente Hugo Motta coloque em pauta o Projeto de Lei nº 2.162, de 2023, cuja urgência já foi aprovada.

Marcel van Hattem (NOVO - RS) - O Deputado anunciou que o Partido Novo apresentará representação no Conselho de Ética contra Deputados do PSOL, acusando-os de atacar a liberdade religiosa ao tratarem uma



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 261.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 26/11/2025

vigília de oração convocada pelo Senador Flávio Bolsonaro como suposta organização criminosa. Afirmou ainda que essa atitude refletiria uma tradição de perseguição religiosa por parte da Esquerda e declarou que o NOVO continuará se insurgindo para garantir o direito dos cidadãos de exercer sua fé livremente.

Flávio Nogueira (PT - PI) - O Deputado destacou a importância da democracia ao comentar a prisão recente de generais, afirmando que o processo seguiu o rito legal e não representa um fato inédito na história do País, já que diversos militares de alta patente foram detidos em diferentes períodos, incluindo durante governos civis e durante a ditadura. Citou exemplos históricos, como Hermes da Fonseca e Argemiro de Assis Brasil, para mostrar que a responsabilização de generais não é novidade. Encerrando, mencionou análise do historiador Carlos Fico, segundo a qual o diferencial atual é que as prisões ocorrem dentro da normalidade democrática.

Gilson Daniel (PODE - ES) - O Deputado registrou a presença de quatro Vereadores de Baixo Guandu (ES), que estavam em Brasília para capacitação e para buscar recursos e emendas parlamentares destinados ao desenvolvimento do Município. Destacou o compromisso que mantém com a cidade, ressaltou seu crescimento e importância no Estado e reconheceu o trabalho dos Vereadores, afirmando que eles estão preparados para realizar grandes entregas à população local.

Welter (PT - PR) - O Deputado celebrou a democracia e destacou a aprovação unânime, na Câmara, do projeto que isenta do Imposto de Renda quem ganha até R\$ 5 mil, além de reduzir a tributação para quem recebe até cerca de R\$ 7.300. Elogiou o trabalho dos relatores Arthur Lira e Renan Calheiros, e afirmou que o Presidente Lula cumpre compromissos de campanha ao promover medidas como a isenção do IR, a valorização real do salário mínimo, a retomada do PAC, o fortalecimento da saúde e da educação, além da ampliação do Minha Casa, Minha Vida. Defendeu também que a democracia se realiza ao colocar os mais vulneráveis no centro das políticas públicas e comentou a recente condenação de militares de alta patente por conspiração contra a democracia, afirmando que quem atenta contra o regime democrático deve responder legalmente.

Bibo Nunes (PL - RS) - O Deputado expressou forte indignação ao fato de manifestantes presos pelos eventos de 8 de janeiro serem tratados como golpistas, argumentando que não houve armas ou condições para um golpe de Estado. Comparou o episódio ao ataque ao Capitólio nos Estados Unidos, onde houve planejamento, violência e mortes, afirmando que, naquele caso, não se falou em golpe. Concluiu que a situação brasileira revela um cenário de caos e de Justiça politizada.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 261.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 26/11/2025

Messias Donato (REPUBLICANOS - ES) - O Deputado registrou a presença, no Congresso, de gestores de Cariacica (ES), incluindo o Prefeito Euclério Sampaio, a Vice-Prefeita Shymenne, o Secretário-Chefe de Gabinete Rogério Guimarães e o suplente de Vereador Carlos Luiz. Destacou o crescimento e desenvolvimento do Município, elogiou o trabalho da equipe da Prefeitura e enviou cumprimentos à população cariaciquense.

Gilson Daniel (PODE - ES) - O Deputado registrou a presença de Vereadores do Espírito Santo e apresentou o Projeto de Lei nº 5.903, de 2025, de sua autoria, que cria o Marco Nacional das Bicicletas Elétricas e Equipamentos de Mobilidade Elétrica Individual. Destacou o rápido crescimento desse tipo de transporte no Brasil, a ausência de uma regulamentação federal e o consequente aumento de acidentes, defendendo regras nacionais unificadas para segurança, padronização técnica e responsabilidade. Por fim, pediu apoio dos colegas para aprovar a proposta e reforçou sua parceria com gestores municipais do Estado.

Messias Donato (REPUBLICANOS - ES) - O Deputado destacou a presença dos Vereadores Danilo, Celso e Patrick, integrantes da gestão da Prefeita Ana, de São Domingos do Norte (ES). Ressaltou que a Prefeita foi reconduzida pelo eleitorado e contou com apoio no Parlamento para fortalecer sua administração. Também mencionou o novo visual do Deputado Gilson Daniel, em tom descontraído. Ao final, afirmou que São Domingos do Norte (ES) pôde contar com seu mandato na Câmara dos Deputados e registrou agradecimentos e as boas-vindas aos presentes.

Diego Garcia (REPUBLICANOS - PR) - O Deputado afirmou que o Projeto de Lei nº 399, de 2015, que altera o art. 2º da Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, para viabilizar a comercialização de medicamentos que contenham extratos, substratos ou partes da planta Cannabis sativa em sua formulação, transformou-se em uma proposta mais ampla, com mais de 90 artigos, que cria um marco legal da maconha no País. Relatou que, na Legislatura passada, a Comissão Especial aprovou o texto por voto de desempate e que apresentou um recurso para impedir a tramitação conclusiva da matéria. Criticou a tentativa de votar o recurso em sessões com o Plenário esvaziado e pediu que os Parlamentares ficassem atentos ao conteúdo do projeto, defendendo que o tema não tratava de cannabis medicinal, mas de um novo marco regulatório.

Carlos Henrique Gaguim (UNIÃO - TO) - O Deputado registrou preocupação com a possível demissão de 1.700 jovens do Programa Primeiro Emprego, iniciativa criada no Governo anterior do Tocantins. Afirmou que o atual Governador não pretendia assinar o decreto de continuidade por questões políticas, o que colocaria em risco oportunidades de trabalho destinadas a jovens em busca de renda e estabilidade. Mencionou que mais de mil professores e aprendizes já tinham sido desligados em outros Estados e classificou a decisão como



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 261.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 26/11/2025

prejudicial às famílias que dependiam do primeiro emprego. Declarou repúdio à medida, criticou articulações políticas envolvendo a gestão do programa e afirmou que atuaria para evitar as demissões.

Maurício Marcon (PODE - RS) - O Deputado criticou a pauta do dia na Câmara, afirmando que incluía projetos que, em sua avaliação, não respondiam às principais demandas da sociedade, o que classificou como de pouca relevância. Também se mostrou contrário à dispensa de presença no Plenário.

Coronel Ulysses (UNIÃO - AC) - O Deputado retomou críticas às prisões relacionadas aos eventos de 8 de Janeiro e afirmou que houve violações de direitos humanos. Relatou que, em março de 2024, protocolou denúncia na Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA, acompanhada por 76 Parlamentares, incluindo Deputados e Senadores. Relatou que o grupo apresentou casos de cidadãos sem histórico criminal que teriam sido presos por longos períodos, além da morte de um detido, identificada como consequência de decisões judiciais. Informou que a OEA solicitou esclarecimentos ao Estado brasileiro sobre condenações, condições de prisão e investigações pendentes.

General Girão (PL - RN) - O Deputado defendeu a anistia ampla para os envolvidos nos eventos de 8 de Janeiro, afirmando que houve ilegalidades nas prisões e ausência de provas de tentativa de golpe. Mencionou que cerca de 1.800 pessoas teriam sido conduzidas e detidas de forma irregular e criticou a narrativa construída sobre os atos. Também relacionou o tema a episódios históricos, como a Intentona Comunista de 1935, destacando episódios ocorridos no Rio Grande do Norte e em outras regiões. Afirmou que parte da história do País vinha sendo distorcida e citou críticas à prisão do General Heleno.

Delegado Palumbo (MDB - SP) - O Deputado reiterou a defesa do Projeto de Lei nº 2.162, de 2023, que concede anistia aos participantes das manifestações reivindicatórias de motivação política, ocorridas entre o dia 30 de outubro de 2022 e o dia de entrada em vigor desta Lei, e dá outras providências. Afirmou que era cobrado diariamente por eleitores e criticou a falta de pauta para o tema, mesmo após a aprovação do regime de urgência. Declarou que pessoas presas por danos patrimoniais poderiam responder em liberdade e comparou esses casos a decisões judiciais que beneficiaram líderes de facções criminosas. Também criticou a atuação do STF e a postura de Parlamentares e Senadores, afirmando que o Congresso deveria assumir suas responsabilidades e votar a matéria.

Benedita da Silva (PT - RJ) - A Deputada elogiou a sanção presidencial do Projeto de Lei nº 1.087, de 2025, que altera a legislação do imposto sobre a renda para instituir a redução do imposto devido nas bases de cálculo mensal e anual e a tributação mínima para as pessoas físicas que auferem altas rendas, e dá outras



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 261.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 26/11/2025

providências. Destacou que a medida cumpriu promessa de campanha e trouxe alívio imediato ao orçamento de famílias de baixa renda, para as quais qualquer valor poupado fazia diferença no cotidiano. Afirmou que o impacto seria sentido especialmente entre moradores de periferias e favelas, que destinavam grande parte da renda a despesas básicas. Também defendeu que aqueles com maior poder aquisitivo contribuíssem mais e pediu apoio do Parlamento para avançar na discussão tributária.

Paulão (PT - AL) - O Deputado afirmou que Projeto de Lei nº 1.087, de 2025, que altera a legislação do imposto sobre a renda para instituir a redução do imposto devido nas bases de cálculo mensal e anual e a tributação mínima para as pessoas físicas que auferem altas rendas, e dá outras providências, representou um avanço ao garantir isenção para quem recebia até 5 mil reais, ampliando a renda disponível e favorecendo a economia local. Destacou ainda a indicação do Advogado-Geral da União, Jorge Messias, ao Supremo Tribunal Federal, ressaltando seu perfil técnico e trajetória no serviço público. Por fim, criticou a atuação da empresa Águas do Sertão, responsável pelo abastecimento no Alto Sertão de Alagoas, onde moradores ficaram até três meses sem fornecimento de água, apesar da cobrança regular. Defendeu ação do Ministério Público, Defensoria e Procon para responsabilizar a empresa.

Bibo Nunes (PL - RS) - O Deputado registrou homenagem à Vereadora Patrícia Wallauer, de Igrejinha (RS), destacando sua atuação para ampliar a presença do PL no Município. Mencionou o envio de emendas destinadas ao desenvolvimento local e afirmou que a cidade mantinha posição de destaque no Rio Grande do Sul. Ressaltou a relevância da participação feminina na política e expressou a expectativa de que mulheres ocupassem maior espaço institucional, o que elevaria a qualidade da vida pública. Ao final, celebrou a presença da Vereadora em Plenário e reconheceu seu papel como liderança municipal.

Alice Portugal (PCdoB - BA) - A Deputada registrou a sanção do Projeto de Lei nº 1.087, de 2025, que altera a legislação do imposto sobre a renda para instituir a redução do imposto devido nas bases de cálculo mensal e anual e a tributação mínima para as pessoas físicas que auferem altas rendas, e dá outras providências. Afirmou que o Presidente Lula apresentou argumentos voltados à inclusão de trabalhadores de baixa renda no Orçamento, destacando o caráter social da medida. Parabenizou o Presidente, o Ministro da Fazenda, os relatores na Câmara e no Senado e os parlamentares que aprovaram o texto quase por unanimidade. Avaliou que a decisão representou um avanço para o País e reforçou o compromisso do Congresso com políticas destinadas à população de menor renda.

Rafael Simoes (UNIÃO - MG) - O Deputado criticou o funcionamento da Câmara e das políticas do Governo Federal. Afirmou que a Casa evitava enfrentar temas sensíveis e se opôs à falta de avanços em áreas



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 261.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 26/11/2025

consideradas prioritárias pela população. Mencionou dificuldades enfrentadas por setores como educação, saúde, agricultura familiar e produtores de leite, além de apontar preocupações com o quadro fiscal e a situação de Municípios dependentes do Fundo de Participação dos Municípios. Também questionou decisões econômicas, criticou a condução de políticas públicas, defendendo que o Parlamento desse respostas claras ao País.

Gutemberg Reis (MDB - RJ) - O Deputado registrou a presença de duas lideranças do Rio de Janeiro no plenário. Destacou o Vereador Vitor Hugo, do MDB da capital, em seu segundo mandato, lembrando o trabalho desenvolvido na cidade. Também citou o Deputado estadual Rosenverg Reis, Primeiro-Secretário da Alerj, no quarto mandato, cuja atuação esteve associada à área da saúde, com iniciativas como o Hospital do Olho e o Hospital do Coração São José. Afirmou que essas ações contribuíram para salvar vidas e agradeceu a presença das duas lideranças no Parlamento.

Laura Carneiro (PSD - RJ) - A Deputada informou que o Presidente Lula sancionou o Projeto de Lei Complementar nº 234, de 2024, que dispõe sobre incentivos e benefícios para fomentar as atividades de caráter desportivo e dá outras providências. Também relatou reunião no Serviço de Patrimônio da União ao lado de Deputados e de um Vereador do Rio de Janeiro (RJ) para tratar da preocupação de moradores da Ilha do Governador após a divulgação de que poderiam ter de pagar laudêmio em transações imobiliárias. Afirmou que o órgão sinalizou a suspensão dos efeitos da medida, que afetaria cerca de 80 mil pessoas.

Carlos Henrique Gaguim (UNIÃO - TO) - O Deputado afirmou que a saúde do Tocantins enfrentava dificuldades após a substituição do Governador Wanderlei, afastado por decisão judicial. Declarou que a nova gestão decretou calamidade pública na área sem justificativa e criticou o anúncio de repasses de 3 milhões de reais em emendas a Prefeitos durante reunião recente, questionando a prioridade diante das demandas da saúde. Relatou problemas em unidades do Estado, como a falta de Internet no hospital de Augustinópolis (TO), e afirmou que havia recursos disponíveis, mas faltava gestão.

Bohn Gass (PT - RS) - O Deputado afirmou que a sanção do Projeto de Lei nº 1.087, de 2025, que altera a legislação do imposto sobre a renda para instituir a redução do imposto devido nas bases de cálculo mensal e anual e a tributação mínima para as pessoas físicas que auferem altas rendas, e dá outras providências, representou o cumprimento de um compromisso do Presidente Lula. Destacou que trabalhadores com renda entre 5 mil e 7.350 reais passariam a pagar menos, o que ampliou o poder de compra e beneficiou comércio e indústria. Afirmou que a mudança promoveu justiça tributária, ao direcionar a cobrança para salários mais



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 261.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 26/11/2025

altos que antes contribuíam menos. Ressaltou que a medida integrou o conjunto da reforma tributária, estimulou a economia e garantiu alívio financeiro para a maioria da população.

Gilson Daniel (PODE - ES) - O Deputado relatou que diversos Municípios do Espírito Santo enfrentaram postos do INSS fechados ou com atendimento precário, citando Barra de São Francisco (ES) como exemplo de estrutura concluída que não atendia a população. Destacou que moradores precisavam se deslocar até Teófilo Otoni e outras cidades de Minas Gerais para realizar perícias, situação que afetou sobretudo idosos e pessoas de baixa renda sem acesso a transporte. Mencionou demandas apresentadas por lideranças locais e cobrou do Ministério da Previdência uma solução para restabelecer os serviços, incluindo a retomada das perícias em Barra de São Francisco (ES) e em outros Municípios capixabas.

Ronaldo Nogueira (REPUBLICANOS - RS) - O Deputado registrou homenagem à Clínica Lemos pelos 50 anos de atuação em Rosário do Sul (RS). Destacou que a instituição nasceu da iniciativa do Dr. Clovis Lemos, cuja atividade alcançou mais de dez municípios e contribuiu para ampliar o acesso à saúde na região. Mencionou também o trabalho do Dr. Fernando Lemos, reconhecido nacionalmente e eleito pelo voto popular como médico mais influente do País, além da projeção obtida com o canal Planeta Intestino, que reuniu milhões de seguidores. Afirmou que a clínica se transformou em referência e passou a receber pacientes de diferentes continentes, construindo um legado de impacto regional e alcance internacional.

Helder Salomão (PT - ES) - O Deputado Helder Salomão relatou a cerimônia no Palácio do Planalto que marcou a sanção presidencial do Projeto de Lei nº 1.087, de 2025, que altera a legislação do imposto sobre a renda para instituir a redução do imposto devido nas bases de cálculo mensal e anual e a tributação mínima para as pessoas físicas que auferem altas rendas, e dá outras providências. Destacou que a medida se somou à taxação dos super-ricos, grupo que pagava alíquotas reduzidas. Apontou que a mudança poderia injetar cerca de 30 bilhões de reais na economia em 2026, com impacto positivo no comércio, no consumo das famílias e na produção industrial. Avaliou que o aumento do poder de compra de trabalhadores de baixa renda e da classe média poderia impulsionar emprego, inclusão e dinamismo econômico. Também afirmou que o Presidente Lula cumpriu compromisso assumido na campanha.

Merlong Solano (PT - PI) - O Deputado registrou o anúncio do Ministro Alexandre Padilha sobre o registro da primeira vacina brasileira de dose única contra a dengue, desenvolvida pelo Instituto Butantan e aprovada pela Anvisa. Informou que o imunizante estaria disponível no Sistema Único de Saúde a partir de janeiro, ampliando o acesso da população à prevenção. Afirmou que o avanço refletia a valorização da ciência, da saúde pública e do Programa Nacional de Imunizações. Destacou que a capacidade nacional de produzir



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 261.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 26/11/2025

medicamentos e insumos foi fortalecida e que a nova vacina poderia contribuir para salvar milhares de vidas em todo o País.

Gustavo Gayer (PL - GO) - O Deputado acusou a prisão de Jair Bolsonaro de ser ilegal e afirmou que a reação popular não gerou comemorações, ao contrário do que ocorreu na condenação de Lula no passado. Disse que a ausência de celebração revelaria a insatisfação da população com o atual Governo, que, segundo ele, deixa como legado aumento da violência, expansão da população em situação de rua, inadimplência recorde e alinhamento internacional com regimes autoritários. Além disso, criticou Lula, acusando-o de proteger traficantes, enfraquecer políticas de segurança e transformar o Brasil em aliado de ditaduras; também atacou a Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas de 2025 (COP30), em Belém (PA), chamando-a de “Flop 30”, citando problemas logísticos, gastos sigilosos e constrangimentos diplomáticos. Por fim, afirmou que denúncias internacionais poderão revelar financiamento do narcotráfico para a esquerda latino-americana e insinuou ligação entre facções criminosas e o Partido dos Trabalhadores (PT).

Silvia Cristina (PP - RO) - A Deputada aproveitou o Novembro Azul para reforçar a importância da prevenção do câncer de próstata, lembrando que a doença é a segunda que mais mata homens no Brasil e que 47 deles morrem diariamente por causa dela. Disse que o preconceito e o medo do exame de toque ainda impedem muitos homens de buscarem diagnóstico precoce, o que aumenta a mortalidade. Por fim, lembrou que, a partir dos 40 anos, é fundamental realizar o exame de Antígeno Prostático Específico (PSA) e, quando indicado, também o exame de toque, reforçando que a prevenção deve ser contínua, e não apenas no mês de novembro, pois o preconceito pode custar vidas.

Alberto Fraga (PL - DF) - O Deputado afirmou que o Governador Ibaneis Rocha enfrentará um pedido de *impeachment* na Câmara Legislativa do Distrito Federal e acusou que ele tentará se sustentar politicamente usando sua fortuna, a qual teria sido ampliada por meio de decisões como o investimento de R\$ 12,2 bilhões do Banco de Brasília (BRB) em operações que agora são consideradas desastrosas. Criticou a falta de atenção da imprensa ao caso, citou possíveis envolvidos — incluindo Ministros e familiares — e mencionou a compra de uma mansão de R\$ 400 milhões pelo empresário Daniel Vercaro, apontado como pivô do escândalo. Por fim, fez um apelo direto ao ex-Presidente do BRB, Paulo Henrique, para não assumir sozinho a responsabilidade e afirmou que nenhuma dessas operações teria ocorrido sem autorização de Ibaneis, encerrando com o pedido de “cadeia para Ibaneis”.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 261.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 26/11/2025

André Ferreira (PL - PE) - O Deputado registrou a presença do Vereador Fellipe Vasconcelos, da cidade de Timbaúba (PE), destacando que ele exerce seu quarto mandato e foi o terceiro mais votado do Município, ressaltando a visita institucional do Vereador ao Congresso Nacional.

Coronel Assis (UNIÃO - MT) - O Deputado registrou a presença do Presidente da Câmara Municipal de Primavera do Leste (MT), Vereador Marco Aurélio, destacando seu papel como importante Parlamentar de um Município forte no agronegócio. Informou que ele estava acompanhado de Leandro e Tiago Nascimento, que visitavam a Câmara dos Deputados para conhecer o trabalho legislativo, e desejou boas-vindas ao grupo, reforçando que podem contar com apoio na cidade, no Mato Grosso e no Brasil.

Jandira Feghali (PCdoB - RJ) - A Deputada afirmou que o Brasil vive uma semana histórica para a democracia, destacando o dia 25 de novembro como marco do trânsito em julgado da condenação dos responsáveis pelo núcleo do golpe, reforçando que atentados contra a democracia, apoio à tortura e à ditadura são inaceitáveis no país. Por fim, elogiou o trabalho da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), da Polícia Federal (PF), a denúncia da Procuradoria-Geral da República (PGR) e a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), que cumpriu todo o rito legal e garantiu a prisão definitiva dos culpados, fortalecendo a democracia.

Valmir Assunção (PT - BA) - O Deputado relatou a realização de uma audiência pública na Câmara sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 383, de 2017, que altera a Constituição Federal para garantir recursos mínimos para o financiamento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), destacando o apoio do Ministro Wellington Dias e do Governo Lula à proposta, o que reforça a necessidade de votar sua urgência e garantir melhores condições para assistentes sociais e usuários do sistema. Em seguida, mencionou a Marcha das Mulheres Negras, realizada em Brasília (DF), e defendeu a importância da Proposta de Emenda à Constituição nº 27, de 2024, que altera a Constituição Federal para acrescentar o Capítulo IX - Da Promoção Da Igualdade Racial, que institui o Fundo Nacional de Reparação Econômica e de Promoção da Igualdade Racial (FNREPIR) com o objetivo de promover a igualdade de oportunidades e a inclusão social dos brasileiros pretos e pardos; afirmando que o Parlamento precisa debater e aprovar esse instrumento para fortalecer políticas voltadas ao povo negro brasileiro.

ORDEM DO DIA

Gilvan da Federal (PL - ES) - O Deputado criticou as prisões do ex-Presidente Jair Bolsonaro e de generais, classificando-as como ilegais e acusando o comando do Exército de conivência. Afirmou que Bolsonaro, como



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 261.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 26/11/2025

capitão do Exército, deveria cumprir prisão em unidade militar, citando o Estatuto dos Militares, e atacou o Comandante do Exército, General Tomás Paiva, e outros oficiais, acusando-os de submissão ao Ministro do Supremo Tribunal Federal, Alexandre de Moraes. Por fim, comparou a postura dos generais à de facções criminosas e declarou não temer ações judiciais ou perda de mandato, encerrando com provocações pessoais ao alto comando militar.

Vicentinho (PT - SP) - O Deputado celebrou a sanção do Presidente Lula que zera o imposto de renda para quem ganha até R\$ 5 mil e reduz a tributação para salários até R\$ 7.300, chamando a medida de conquista histórica da classe trabalhadora e lembrando que essa luta começou ainda nos anos 1980, quando presidia o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC. Explicou que a isenção funciona como um “décimo quarto salário”, fortalecendo o consumo interno e beneficiando toda a economia. Por fim, afirmou que trabalhadores gastam no Brasil, não no exterior, e defendeu que, após essa vitória, o próximo passo seja enfrentar a desigualdade tributária, cobrando impostos de grandes fortunas e segmentos como bancos, “bets”, boiadeiros e proprietários de iates, que hoje praticamente não pagam impostos.

Marcel van Hattem (NOVO - RS) - O Deputado registrou a orientação da bancada na votação do requerimento de urgência ao Projeto de Lei nº 5.490, de 2025, que “altera a Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011, dispõe sobre a criação de cargos efetivos, cargos em comissão e funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Conselho Nacional de Justiça”.

Delegado Fabio Costa (PP - AL) - O Deputado proferiu parecer ao Projeto de Lei nº 4.333, de 2025, que altera o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal para dar mais celeridade e eficiência aos processos penais decorrentes de prisão em flagrante.

Sargento Gonçalves (PL - RN) - O Deputado discutiu o Projeto de Lei nº 4.333, de 2025, que altera o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal para dar mais celeridade e eficiência aos processos penais decorrentes de prisão em flagrante. Na oportunidade, afirmou que apoia qualquer medida que agilize e endureça a prisão em flagrante contra criminosos. Em seguida, criticou o que chama de “inversão de valores” no Judiciário, citando como injustas as prisões de generais e aliados e comparando-as à soltura de condenados por crimes graves. Por fim, defendeu Projeto de Lei nº 5.582, de 2025, que altera a Lei nº 12.850, de 2013, que dispõe sobre o combate às organizações criminosas no País, o chamado PL Antifacção, relatado por Guilherme Derrite, destacando que a bancada da Direita votará a favor por entender que a proposta facilita o enfrentamento de organizações criminosas e protege a população.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 261.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 26/11/2025

Marcel van Hattem (NOVO - RS) - O Deputado discutiu o Projeto de Lei nº 4.333, de 2025, que altera o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal para dar mais celeridade e eficiência aos processos penais decorrentes de prisão em flagrante. Na oportunidade, criticou o Partido dos Trabalhadores (PT) por obstruir iniciativas contra a criminalidade. Também acusou o Governo de proteger corruptos e perseguir pessoas honestas. Por fim, ressaltou que busca fortalecer a segurança pública independentemente da posição do Executivo.

Coronel Assis (UNIÃO - MT) - O Deputado discutiu o Projeto de Lei nº 4.333, de 2025, que altera o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal para dar mais celeridade e eficiência aos processos penais decorrentes de prisão em flagrante. Na oportunidade, acusou o Governo Federal de tentar proteger criminosos ao enviar o Projeto de Lei nº 5.582, de 2025, que dispõe sobre o combate às organizações criminosas no País, o chamado PL Antifacção, e defendeu a reformulação realizada no projeto, citando dados orçamentários para rebater a alegação de enfraquecimento da Polícia Federal (PF). Em seguida, mencionou o apoio de integrantes da segurança pública, como o Coronel Braguin da Polícia Militar de Rondônia. Por fim, pediu que a bancada de Esquerda retirasse a obstrução.

Tarcísio Motta (PSOL - RJ) - O Deputado discutiu o Projeto de Lei nº 4.333, de 2025, que altera o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal para dar mais celeridade e eficiência aos processos penais decorrentes de prisão em flagrante. Na oportunidade, afirmou que, embora sua bancada tivesse reservas ao projeto inicialmente, o novo substitutivo incorporou ajustes importantes e eliminou a maior parte dos problemas apontados, permitindo que o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) votasse favoravelmente. No entanto, expôs duas preocupações: a ampliação da prisão em flagrante baseada apenas na indicação de terceiros, o que pode abrir margem para arbitrariedades policiais; e a regra que permite aproveitar na instrução penal declarações feitas pelo preso durante a audiência de custódia, momento em que a pessoa muitas vezes não está assistida por advogado, podendo produzir prova contra si mesma, violando a garantia constitucional de não autoincriminação. Por fim, explicou que o PSOL apresentou um destaque para retirar esse trecho e pediu ao Relator que acolhesse a mudança, mantendo o apoio ao texto principal.

Rodrigo da Zaeli (PL - MT) - O Deputado discutiu o Projeto de Lei nº 4.333, de 2025, que altera o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal para dar mais celeridade e eficiência aos processos penais decorrentes de prisão em flagrante. Na oportunidade, criticou o Partido dos Trabalhadores (PT), dizendo que o Partido não costuma apoiar medidas mais rígidas. Por fim, defendeu penas mais duras para proteger a população.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 261.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 26/11/2025

Rodrigo Rollemberg (PSB - DF) - O Deputado celebrou a aprovação, pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), da Butantan-DV, a primeira vacina do mundo, em dose única, contra a dengue desenvolvida integralmente no Brasil, destacando que o avanço só foi possível graças a investimentos de R\$ 130 milhões do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), R\$ 68 milhões da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) e mais de R\$ 1,2 bilhão do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) destinados ao Instituto Butantan e à infraestrutura científica nacional. Por fim, afirmou que o feito reforça o valor da ciência e das políticas públicas de pesquisa, além de lembrar que vacinas salvam vidas e reduzem gastos do Sistema Único de Saúde (SUS), criticando o negacionismo e exaltando o protagonismo brasileiro na saúde pública.

Alberto Fraga (PL - DF) - O Deputado pediu apoio dos colegas para a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Banco de Brasília (BRB), argumentando que o escândalo envolvendo o Banco Master e o BRB representa um caso gravíssimo de desvio de recursos públicos e exige resposta imediata do Parlamento. Além disso, criticou a suposta omissão da mídia e da Justiça diante do rombo financeiro e afirmou que as responsabilidades apontam para o Governador Ibaneis Rocha. Por fim, conclamou os Deputados a assinarem o pedido de CPI, independente da autoria, afirmando que a investigação é necessária para defender os interesses da população do Distrito Federal.

Sargento Gonçalves (PL - RN) - O Deputado apresentou na Comissão de Educação um requerimento para que o Ministro da Educação, Camilo Santana, preste esclarecimentos sobre um caso de corrupção atribuído ao Ministério da Educação no Governo Lula. Citou investigações que supostamente atingiriam a ex-nora do Presidente e mencionou que, durante a ação da Polícia Federal (PF), quem teria atendido os agentes teria sido o filho de Lula. Por fim, também citou a existência de uma agenda extraoficial entre a investigada e o Ministro, cobrando explicações sobre o teor desse encontro e reforçando a necessidade de transparência quanto ao episódio.

Marcel van Hattem (NOVO - RS) - O Deputado registrou homenagem aos 50 anos da Polícia Militar de Rondônia, cumprimentando o Comandante Coronel Braguin e destacando a relevância da corporação para a segurança da população do Estado. Também saudou o ex-Deputado Federal e atual Vereador de Ariquemes, Lucas Follador, e desejou êxito contínuo à tropa, pedindo que os cumprimentos fossem transmitidos aos policiais pelo trabalho desempenhado ao longo de cinco décadas.

Delegado da Cunha (PP - SP) - O Deputado defendeu a aprovação do Projeto de Lei nº 4.333, de 2025, que altera o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal para dar mais celeridade e



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 261.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 26/11/2025

eficiência aos processos penais decorrentes de prisão em flagrante, e dá outras providências. Ademais, destacou que a proposição fortalece a autoridade policial e contribui para o combate ao crime organizado. Além disso, ressaltou o aumento do prazo para conclusão do inquérito com réu preso de 10 para 15 dias e elogiou a determinação de juntar os atos do flagrante à audiência de custódia, a fim de fornecer ao juiz informações completas e reduzir a impunidade. Por fim, enfatizou a ampliação do prazo da prisão temporária de 5 para 15 dias, prorrogáveis, permitindo à autoridade policial analisar sigilos fiscal e bancário, interceptações telefônicas e mensagens.

Delegado Fabio Costa (PP - AL) - O Deputado proferiu parecer à Emenda de Plenário apresentada ao Projeto de Lei nº 4.333, de 2025, que altera o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal para dar mais celeridade e eficiência aos processos penais decorrentes de prisão em flagrante, e dá outras providências.

Tarcísio Motta (PSOL - RJ) - O Deputado encaminhou a votação do § 5º do art. 310 do Decreto-Lei nº 3.689, de 1941, alterado pelo art. 2º do Substitutivo apresentado ao Projeto de Lei nº 4.333, de 2025, que altera o Código de Processo Penal para dar mais celeridade e eficiência aos processos penais decorrentes de prisão em flagrante, e dá outras providências.

Coronel Assis (UNIÃO - MT) - O Deputado encaminhou a votação do § 5º do art. 310 do Decreto-Lei nº 3.689, de 1941, alterado pelo art. 2º do Substitutivo apresentado ao Projeto de Lei nº 4.333, de 2025, que altera o Código de Processo Penal para dar mais celeridade e eficiência aos processos penais decorrentes de prisão em flagrante, e dá outras providências.

Alberto Fraga (PL - DF) - O Deputado orientou a bancada na votação do § 5º do art. 310 do Decreto-Lei nº 3.689, de 1941, alterado pelo art. 2º do Substitutivo apresentado ao Projeto de Lei nº 4.333, de 2025, que altera o Código de Processo Penal para dar mais celeridade e eficiência aos processos penais decorrentes de prisão em flagrante, e dá outras providências.

Tarcísio Motta (PSOL - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação do § 5º do art. 310 do Decreto-Lei nº 3.689, de 1941, alterado pelo art. 2º do Substitutivo apresentado ao Projeto de Lei nº 4.333, de 2025, que altera o Código de Processo Penal para dar mais celeridade e eficiência aos processos penais decorrentes de prisão em flagrante, e dá outras providências.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 261.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 26/11/2025

Gilson Marques (NOVO - SC) - O Deputado orientou a bancada na votação do § 5º do art. 310 do Decreto-Lei nº 3.689, de 1941, alterado pelo art. 2º do Substitutivo apresentado ao Projeto de Lei nº 4.333, de 2025, que altera o Código de Processo Penal para dar mais celeridade e eficiência aos processos penais decorrentes de prisão em flagrante, e dá outras providências.

José Medeiros (PL - MT) - O Deputado orientou a bancada na votação do § 5º do art. 310 do Decreto-Lei nº 3.689, de 1941, alterado pelo art. 2º do Substitutivo apresentado ao Projeto de Lei nº 4.333, de 2025, que altera o Código de Processo Penal para dar mais celeridade e eficiência aos processos penais decorrentes de prisão em flagrante, e dá outras providências. Ademais, criticou a prisão de um delegado reconhecido por apreensões de drogas no Brasil no mesmo presídio onde se encontra um dos líderes de uma das maiores organizações criminosas do mundo. Ao final, condenou a cela inadequada e a exposição indevida do ex-Presidente Bolsonaro.

Coronel Assis (UNIÃO - MT) - O Deputado orientou a bancada na votação do § 5º do art. 310 do Decreto-Lei nº 3.689, de 1941, alterado pelo art. 2º do Substitutivo apresentado ao Projeto de Lei nº 4.333, de 2025, que altera o Código de Processo Penal para dar mais celeridade e eficiência aos processos penais decorrentes de prisão em flagrante, e dá outras providências.

General Girão (PL - RN) - O Deputado proferiu parecer ao Projeto de Lei nº 331, de 2020, que autoriza o Poder Executivo federal a doar duas aeronaves de asas rotativas à República do Paraguai.

Marcel van Hattem (NOVO - RS) - O Deputado discutiu o Projeto de Lei nº 331, de 2020, que autoriza o Poder Executivo federal a doar duas aeronaves de asas rotativas à República do Paraguai.

Chico Alencar (PSOL - RJ) - O Deputado discutiu o Projeto de Lei nº 331, de 2020, que autoriza o Poder Executivo federal a doar duas aeronaves de asas rotativas à República do Paraguai.

Eli Borges (PL - TO) - O Deputado discutiu o Projeto de Lei nº 331, de 2020, que autoriza o Poder Executivo federal a doar duas aeronaves de asas rotativas à República do Paraguai.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado orientou a bancada na votação do Substitutivo apresentado ao Projeto de Lei nº 331, de 2020, que autoriza o Poder Executivo federal a doar duas aeronaves de asas rotativas à República do Paraguai. Ademais, alertou que o Supremo Tribunal Federal (STF) vem afrontando reiteradamente o Parlamento. Criticou ainda os Parlamentares que apoiam o Governo Lula, ignorando a



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 261.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 26/11/2025

perseguição política à Oposição. Além disso, condenou a decisão do STF que decretou a perda de mandato do Deputado Delegado Ramagem, destacando que a Câmara dos Deputados já havia decidido sobre a matéria com 315 votos, conforme determina a Constituição Federal. Por fim, repudiou a decisão como avanço de um Estado totalitário e questionou até quando os Parlamentares aceitarão ser desmoralizados pelo STF.

Pedro Uczai (PT - SC) - O Deputado orientou a bancada na votação do Substitutivo apresentado ao Projeto de Lei nº 331, de 2020, que autoriza o Poder Executivo federal a doar duas aeronaves de asas rotativas à República do Paraguai. Ademais, contestou discurso parlamentar para afirmar a vitória da democracia com a condenação e prisão do ex-Presidente da República e demais autoridades, que tentaram um golpe de Estado, entre outros crimes.

Marcel van Hattem (NOVO - RS) - O Deputado repudiou a democracia do Partido dos Trabalhadores, que apoia Hamas, Rússia, China e traficantes, estimula a corrupção, prejudica empresas estatais e persegue adversários políticos. Ademais, declarou que essa democracia elimina a imunidade parlamentar por opiniões, palavras e votos e exalta como Presidente da República um criminoso. Por fim, afirmou que essa democracia aplaude abusos do Supremo Tribunal Federal (STF) e, na verdade, é uma ditadura.

Coronel Chrisóstomo (PL - RO) - O Deputado orientou a bancada na votação do Substitutivo apresentado ao Projeto de Lei nº 331, de 2020, que autoriza o Poder Executivo federal a doar duas aeronaves de asas rotativas à República do Paraguai.

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada orientou a bancada na votação do Substitutivo apresentado ao Projeto de Lei nº 331, de 2020, que autoriza o Poder Executivo federal a doar duas aeronaves de asas rotativas à República do Paraguai. Ademais, elogiou a democracia do Partido dos Trabalhadores, exaltando o Governo Federal pela aprovação da isenção do imposto de renda para quem ganha até 5 mil reais mensais, pela tributação dos super-ricos, entre outros feitos, e criticando os defensores da tentativa de golpe de Estado. Ao final, celebrou a vitória da democracia com a condenação dos golpistas e prisão do ex-Presidente Bolsonaro.

José Medeiros (PL - MT) - O Deputado orientou a bancada na votação do Substitutivo apresentado ao Projeto de Lei nº 331, de 2020, que autoriza o Poder Executivo federal a doar duas aeronaves de asas rotativas à República do Paraguai. Ademais, afirmou que a democracia do Partido dos Trabalhadores (PT) consiste em taxar o contribuinte, tomar terras de produtores, restringir prerrogativas do Poder Legislativo, dominar por meio do Poder Judiciário e prender adversários políticos.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 261.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 26/11/2025

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada orientou a bancada na votação do Substitutivo apresentado ao Projeto de Lei nº 331, de 2020, que autoriza o Poder Executivo federal a doar duas aeronaves de asas rotativas à República do Paraguai. Ademais, defendeu a democracia do Partido dos Trabalhadores (PT) que inclui a defesa do Plano Safra, a tributação de ricos e a isenção do Imposto de Renda para quem ganha até 5 mil reais. Além disso, declarou que a democracia do PT respeita os Três Poderes, derruba o tarifaço, valoriza conferências e não protege super-ricos representados por Parlamentares distantes do povo. Por fim, afirmou que essa democracia não admite golpes de Estado.

Sóstenes Cavalcante (PL - RJ) - O Deputado saudou o Prefeito e o Vice-Prefeito de Nova Friburgo (RJ), Johnny Maycon e Rodrigo Ascoli, respectivamente, e os Vereadores Serginho do Pião e Miller Sousa, da Câmara Municipal de Tanguá (RJ). Em seguida criticou a perseguição política e religiosa reinante no País, citando a prisão do ex-Presidente Jair Bolsonaro e outras decisões do Ministro Alexandre de Moraes. Além disso, afirmou que o Governo atual aumentou a carga tributária e não garantiu melhorias em saúde e segurança, mencionando falta de médicos, filas de cirurgias e avanço da criminalidade. Também destacou a gestão administrativa de Nova Friburgo (RJ) como exemplo de redução de impostos com aumento de arrecadação. Manifestou ainda apoio a Bolsonaro, exaltando sua liderança e questionando as condições de prisão do ex-Presidente e do General Heleno, atribuindo responsabilidade ao Estado por qualquer agravamento de saúde.

José Medeiros (PL - MT) - O Deputado parabenizou o Deputado Sargento Fahur pela sua absolvição no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar.

Lula da Fonte (PP - PE) - O Deputado proferiu parecer ao Projeto de Lei Complementar nº 453, de 2017, que altera a Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, atribuindo ao Exército a execução de obras e serviços de engenharia sem necessidade de licitação pública nos casos que especifica.

João Leão (PP - BA) - O Deputado esclareceu que o Projeto de Lei Complementar nº 453, de 2017, trata da criação de batalhões hidroviários para recuperar a navegabilidade do Rio São Francisco. Explicou ainda que o trecho entre Pirapora (MG) e Petrolina (PE) estava inviável para transporte e que a iniciativa permitiria a retomada do fluxo fluvial, essencial para integrar produções como usinas de açúcar e vinícolas às ferrovias da região. Ademais, destacou que a recuperação da navegabilidade fortaleceria a logística nacional, conectando o rio à Ferrovia Norte-Sul e ampliando o escoamento de produtos para o mercado interno e externo.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 261.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 26/11/2025

Eli Borges (PL - TO) - O Deputado discutiu o Projeto de Lei Complementar nº 453, de 2017, que altera a Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, atribuindo ao Exército a execução de obras e serviços de engenharia sem necessidade de licitação pública nos casos que especifica.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado afirmou que o País enfrenta uma crise deflagrada pela postura da alta cúpula das Forças Armadas. Mencionou o General Heleno, o General Braga Netto, o General Paulo Sérgio Nogueira e o Almirante Almir Garnier, destacando suas trajetórias e criticando o tratamento recebido por esses Oficiais. Apontou episódios envolvendo ações no Rio de Janeiro e no Quartel-General do Exército, classificando a condução das instituições militares como motivo de desonra. Encerrou reiterando críticas à atual liderança das Forças Armadas.

Julio Cesar Ribeiro (REPUBLICANOS - DF) - O Deputado informou ter enfrentado problema no aplicativo durante a votação do Projeto de Lei nº 331, de 2020, que autoriza o Poder Executivo federal a doar duas aeronaves de asas rotativas à República do Paraguai. Em seguida, registrou voto favorável à matéria.

Rodrigo da Zaeli (PL - MT) - O Deputado discutiu o Projeto de Lei Complementar nº 453, de 2017, que altera a Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, atribuindo ao Exército a execução de obras e serviços de engenharia sem necessidade de licitação pública nos casos que especifica.

Mário Heringer (PDT - MG) - O Deputado discorreu sobre o Projeto de Lei Complementar nº 453, de 2017, que altera a Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, atribuindo ao Exército a execução de obras e serviços de engenharia sem necessidade de licitação pública nos casos que especifica. Afirmou que reconhecia a competência técnica das Forças Armadas, mas destacou que a falta de equipamentos e de estrutura tornava inviável ampliar atribuições. Também recordou experiências em que o Exército atuou sem tecnologia adequada e defendeu que a prioridade deveria ser preparo, treinamento, armamentos e condições operacionais para defesa e soberania. Ademais, alertou para riscos regionais e mencionou limitações recentes da FAB e da capacidade de munição. Concluiu destacando que o projeto impôs responsabilidades excessivas e pediu reflexão à Casa.

Coronel Chrisóstomo (PL - RO) - O Deputado discutiu o Projeto de Lei Complementar nº 453, de 2017, que altera a Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, atribuindo ao Exército a execução de obras e serviços de engenharia sem necessidade de licitação pública nos casos que especifica.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 261.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 26/11/2025

Patrus Ananias (PT - MG) - O Deputado declarou que setores da Direita na Câmara reafirmaram sua intenção golpista. Em seguida, registrou que Parlamentares criticaram os comandos do Exército, da Marinha e da Aeronáutica por manterem posição alinhada à Constituição e ao Judiciário. Destacou que houve cobrança para que os comandos militares adotassem atitudes diferentes da postura institucional demonstrada. Ao finalizar, defendeu o respeito ao ordenamento jurídico e expressou apoio aos Comandantes militares pela atuação em consonância com a legalidade democrática.

Reimont (PT - RJ) - O Deputado destacou o caso do Prof. Gustavo Henrique, do Rio de Janeiro, que luta por sua reintegração ao trabalho após processo de demissão no Colégio Brigadeiro Newton Paiva, administrado pela Força Aérea Brasileira (FAB). Explicou que o docente, servidor público com mais de 40 anos de magistério e dirigente sindical, enfrentou perseguição administrativa e política. Concluiu manifestando o apoio à sua defesa, mencionando sua atuação em entidades representativas e reafirmando solidariedade ao professor.

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada discutiu o Projeto de Lei Complementar nº 453, de 2017, que altera a Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, atribuindo ao Exército a execução de obras e serviços de engenharia sem necessidade de licitação pública nos casos que especifica. Além disso, criticou discursos da Direita que buscaram relativizar ações como tentativa de corte de tornozleira e convocação de aglomeração para facilitar fuga de preso. Acrescentou ainda que houve pressão para que Comandantes militares rompessem com a Constituição e aderissem a intenções golpistas. Por fim, rejeitou a defesa do ex-Presidente Bolsonaro e afirmou que ataques ao processo democrático representaram postura golpista dentro do Parlamento.

José Medeiros (PL - MT) - O Deputado registrou a visita do Prefeito de Cuiabá (MT), Abilio Brunini, à Casa. Em seguida, destacou a relevância do trabalho de Brunini e elogiou sua iniciativa de reforçar o ensino de português nas escolas. Ao encerrar, registrou repúdio às declarações do Deputado Reimont sobre expansão de reserva indígena.

Lula da Fonte (PP - PE) - O Deputado reformulou o parecer apresentado ao Projeto de Lei Complementar nº 453, de 2017, que altera a Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, atribuindo ao Exército a execução de obras e serviços de engenharia sem necessidade de licitação pública nos casos que especifica.

Lula da Fonte (PP - PE) - O Deputado proferiu parecer às emendas de Plenário apresentadas ao Projeto de Lei Complementar nº 453, de 2017, que altera a Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, atribuindo



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 261.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 26/11/2025

ao Exército a execução de obras e serviços de engenharia sem necessidade de licitação pública nos casos que especifica.

Marcel van Hattem (NOVO - RS) - O Deputado apresentou questão de ordem para exigir o cumprimento do art. 157, §6º, do Regimento Interno, que prevê um intervalo de dez minutos antes da votação de pareceres apresentados durante a sessão. Argumentou que o Partido NOVO havia apresentado emendas ao Projeto de Lei Complementar nº 453, de 2017, em discussão, que inicialmente foram acolhidas, mas retiradas após mudança de posição do Governo. Informou que a emenda tratava da possibilidade de Estados receberem apoio das Forças Armadas, como blindados, no combate ao narcotráfico sem necessidade de GLO. Por fim, pediu tempo de liderança para recolher assinaturas e recorrer do parecer que considerou a emenda inconstitucional.

Rodrigo da Zaeli (PL - MT) - O Deputado encaminhou a votação do Projeto de Lei Complementar nº 453, de 2017, que altera a Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, atribuindo ao Exército a execução de obras e serviços de engenharia sem necessidade de licitação pública nos casos que especifica.

Coronel Chrisóstomo (PL - RO) - O Deputado encaminhou a votação do Projeto de Lei Complementar nº 453, de 2017, que altera a Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, atribuindo ao Exército a execução de obras e serviços de engenharia sem necessidade de licitação pública nos casos que especifica.

Marcel van Hattem (NOVO - RS) - O Deputado afirmou que a oposição coletou assinaturas para recorrer do parecer ao Projeto de Lei Complementar nº 453, de 2017, em discussão, que retirou emenda destinada a permitir o envio de blindados ao combate ao crime organizado sem necessidade de GLO. Criticou o recuo do Governo e disse que a proposta reforçaria a atuação das Forças Armadas em apoio aos Estados. Mencionou que o texto original do Deputado Lula da Fonte incluía a emenda e que o autor do projeto, Governador João Leão, declarou apoio ao destaque do NOVO.

Marcel van Hattem (NOVO - RS) - O Deputado apresentou uma questão de ordem ao afirmar que um recurso da oposição havia sido protocolado antes da abertura da votação do substitutivo ao Projeto de Lei Complementar nº 453, de 2017, em discussão, e, portanto, deveria ter sido analisado previamente. Apontou um erro no procedimento, argumentando que a votação só poderia começar após a apreciação do recurso. Também declarou que a decisão influenciaria o resultado, especialmente quanto ao destaque relacionado a emendas.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 261.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 26/11/2025

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada afirmou que o destaque em debate era inconstitucional, por tentar alterar regras da Garantia da Lei e da Ordem (GLO), previstas na Constituição. Explicou que um PLP não poderia modificar procedimentos ou competências relacionadas à GLO, nem interferir no poder do Exército, que é responsabilidade da União. Também defendeu que o Relator agiu corretamente ao rejeitar a proposta e que a Mesa não poderia admitir recurso sobre matéria considerada inconstitucional. Por fim, declarou que houve reiteradas tentativas de desrespeito à Constituição e reiterou que qualquer alteração no acionamento da GLO ultrapassava o escopo do Projeto de Lei Complementar nº 453, de 2017, em discussão.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado orientou a bancada na votação do substitutivo ao Projeto de Lei Complementar nº 453, de 2017, que altera a Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, atribuindo ao Exército a execução de obras e serviços de engenharia sem necessidade de licitação pública nos casos que especifica.

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada orientou a bancada na votação do substitutivo ao Projeto de Lei Complementar nº 453, de 2017, que altera a Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, atribuindo ao Exército a execução de obras e serviços de engenharia sem necessidade de licitação pública nos casos que especifica.

Rodrigo Rollemberg (PSB - DF) - O Deputado orientou a bancada na votação do substitutivo ao Projeto de Lei Complementar nº 453, de 2017, que altera a Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, atribuindo ao Exército a execução de obras e serviços de engenharia sem necessidade de licitação pública nos casos que especifica.

Tarcísio Motta (PSOL - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação do substitutivo ao Projeto de Lei Complementar nº 453, de 2017, que altera a Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, atribuindo ao Exército a execução de obras e serviços de engenharia sem necessidade de licitação pública nos casos que especifica.

Marcel van Hattem (NOVO - RS) - O Deputado apresentou questão de ordem para apontar que um recurso com 52 assinaturas havia sido protocolado antes da abertura da votação do substitutivo ao Projeto de Lei Complementar nº 453, de 2017, em discussão, e, portanto, deveria ter sido apreciado previamente. Afirmou que a Mesa conduziu o processo em desacordo com o Regimento Interno e relatou sentir-se desrespeitado após utilizar seu tempo de Líder para coletar assinaturas. Também citou episódios anteriores em que votações foram canceladas e criticou a diferença de tratamento entre Governo e Oposição.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 261.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 26/11/2025

Adriana Ventura (NOVO - SP) - A Deputada registrou reclamação no Plenário ao afirmar que o Regimento Interno vinha sendo desrespeitado de forma recorrente. Citou o art. 144 para defender que o pleito apresentado pela Oposição e pelo Deputado Marcel estava expressamente previsto nas regras da Casa, criticando tentativas de descaracterizá-lo. Declarou que decisões estavam sendo tomadas sem observância do Regimento e que isso desmoralizava o trabalho legislativo.

Glauber Braga (PSOL - RJ) - O Deputado contestou a tentativa de incluir no texto sobre GLO um dispositivo que considerou “evidentemente inconstitucional”, criticando a reação exaltada de alguns Parlamentares. Afirmou que apenas exercia o direito de contradita previsto no Regimento e acusou o Deputado Marcel Van Hattem de interromper indevidamente sua fala. Também sustentou que a Constituição estava sendo desrespeitada e associou a movimentação da Oposição à tentativa de anistiar “tentativas de golpe de Estado”.

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada criticou a tramitação de destaque considerado inconstitucional pela Oposição, afirmando que a GLO estava prevista na Constituição e não poderia ter seus procedimentos alterados por meio de um PLP. Acusou setores da Casa de ignorarem o Regimento e de tentarem retirar competências do Exército, de responsabilidade exclusiva da União. Declarou ser inadmissível flexibilizar normas constitucionais e defendeu respeito integral ao texto constitucional. Também registrou que o Governo votara favoravelmente à matéria anterior, insistindo que as tentativas de mudança representavam afronta deliberada à Constituição e ao processo legislativo.

Marcel van Hattem (NOVO - RS) - O Deputado encaminhou a votação do requerimento de retirada da Ordem do Dia do Projeto de lei nº 2.829, de 2025, que altera dispositivos da Lei nº 10.356, de 27 de dezembro de 2001, que dispõe sobre o Quadro de Pessoal e o Plano de Carreira do Tribunal de Contas da União e dá outras providências. Revoga expressamente a Lei 11.854/2008.

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada encaminhou a votação do requerimento de retirada da Ordem do Dia do Projeto de lei nº 2.829, de 2025, que altera dispositivos da Lei nº 10.356, de 27 de dezembro de 2001, que dispõe sobre o Quadro de Pessoal e o Plano de Carreira do Tribunal de Contas da União e dá outras providências. Revoga expressamente a Lei 11.854/2008.

Denise Pessôa (PT - RS) - A Deputada registrou a presença da comitiva da Festa Nacional da Uva 2026 no plenário, representada pela rainha Elisa e pelas princesas Júlia e Letícia, integrantes da Corte do evento de Caxias do Sul (RS). Agradeceu a visita e destacou o convite oficial para a próxima edição da festa, prevista para ocorrer entre 19 de fevereiro e 8 de março do ano seguinte.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 261.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 26/11/2025

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de retirada da Ordem do Dia do Projeto de lei nº 2.829, de 2025, que altera dispositivos da Lei nº 10.356, de 27 de dezembro de 2001, que dispõe sobre o Quadro de Pessoal e o Plano de Carreira do Tribunal de Contas da União e dá outras providências. Revoga expressamente a Lei 11.854/2008. Além disso, fez um apelo público aos Governadores aliados para que adotassem medidas voltadas à melhoria da segurança pública. Citou diretamente os Governadores Tarcísio de Freitas, Ronaldo Caiado, Romeu Zema e o chefe do Executivo de Mato Grosso, destacando que policiais civis, militares, agentes de investigação e policiais penais enfrentavam salários baixos, mesmo em Estados com grande capacidade econômica.

Odair Cunha (PT - MG) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de retirada da Ordem do Dia do Projeto de lei nº 2.829, de 2025, que altera dispositivos da Lei nº 10.356, de 27 de dezembro de 2001, que dispõe sobre o Quadro de Pessoal e o Plano de Carreira do Tribunal de Contas da União e dá outras providências. Revoga expressamente a Lei 11.854/2008.

Rodrigo Rollemberg (PSB - DF) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de retirada da Ordem do Dia do Projeto de lei nº 2.829, de 2025, que altera dispositivos da Lei nº 10.356, de 27 de dezembro de 2001, que dispõe sobre o Quadro de Pessoal e o Plano de Carreira do Tribunal de Contas da União e dá outras providências. Revoga expressamente a Lei 11.854/2008.

Tarcísio Motta (PSOL - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de retirada da Ordem do Dia do Projeto de lei nº 2.829, de 2025, que altera dispositivos da Lei nº 10.356, de 27 de dezembro de 2001, que dispõe sobre o Quadro de Pessoal e o Plano de Carreira do Tribunal de Contas da União e dá outras providências. Revoga expressamente a Lei 11.854/2008.

Luiz Lima (NOVO - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de retirada da Ordem do Dia do Projeto de lei nº 2.829, de 2025, que altera dispositivos da Lei nº 10.356, de 27 de dezembro de 2001, que dispõe sobre o Quadro de Pessoal e o Plano de Carreira do Tribunal de Contas da União e dá outras providências. Revoga expressamente a Lei 11.854/2008.

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada orientou a bancada na votação do requerimento de retirada da Ordem do Dia do Projeto de lei nº 2.829, de 2025, que altera dispositivos da Lei nº 10.356, de 27 de dezembro de 2001, que dispõe sobre o Quadro de Pessoal e o Plano de Carreira do Tribunal de Contas da União e dá outras providências. Revoga expressamente a Lei 11.854/2008.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 261.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 26/11/2025

José Medeiros (PL - MT) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de retirada da Ordem do Dia do Projeto de lei nº 2.829, de 2025, que altera dispositivos da Lei nº 10.356, de 27 de dezembro de 2001, que dispõe sobre o Quadro de Pessoal e o Plano de Carreira do Tribunal de Contas da União e dá outras providências. Revoga expressamente a Lei 11.854/2008. Além disso, afirmou que Mato Grosso enfrentava pressão do Governo Federal, citando uma “sanha” por novas demarcações de terras e expansão de reservas ambientais. Também destacou que o Estado respondia por mais de 31% da safra nacional e sustentava parte significativa da arrecadação que financiava a gestão petista, mas estaria sendo prejudicado por medidas que, segundo ele, restringiam a produção.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de retirada da Ordem do Dia do Projeto de lei nº 2.829, de 2025, que altera dispositivos da Lei nº 10.356, de 27 de dezembro de 2001, que dispõe sobre o Quadro de Pessoal e o Plano de Carreira do Tribunal de Contas da União e dá outras providências. Revoga expressamente a Lei 11.854/2008. Além disso, reiterou críticas à atuação do Supremo Tribunal Federal, alegando que decisões da Corte estariam anulando deliberações aprovadas pelo Congresso Nacional. Declarou que a situação comprometia a separação dos Poderes e o Estado Democrático de Direito, acusando a Esquerda de apoiar tais decisões por interesse político.

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada orientou a bancada na votação do requerimento de retirada da Ordem do Dia do Projeto de lei nº 2.829, de 2025, que altera dispositivos da Lei nº 10.356, de 27 de dezembro de 2001, que dispõe sobre o Quadro de Pessoal e o Plano de Carreira do Tribunal de Contas da União e dá outras providências. Revoga expressamente a Lei 11.854/2008. Além disso, destacou que o Governo Lula implementou o maior Plano Safra da história e que o fortalecimento do agronegócio ocorreu com a retirada do “tarifaço” que havia elevado custos para o setor.

Odair Cunha (PT - MG) - O Deputado proferiu parecer ao Projeto de lei nº 2.829, de 2025, que altera dispositivos da Lei nº 10.356, de 27 de dezembro de 2001, que dispõe sobre o Quadro de Pessoal e o Plano de Carreira do Tribunal de Contas da União e dá outras providências. Revoga expressamente a Lei 11.854/2008.

Rodrigo Rollemberg (PSB - DF) - O Deputado discutiu o Projeto de lei nº 2.829, de 2025, que altera dispositivos da Lei nº 10.356, de 27 de dezembro de 2001, que dispõe sobre o Quadro de Pessoal e o Plano de Carreira do Tribunal de Contas da União e dá outras providências. Revoga expressamente a Lei 11.854/2008.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 261.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 26/11/2025

Marcel van Hattem (NOVO - RS) - O Deputado discutiu o Projeto de lei nº 2.829, de 2025, que altera dispositivos da Lei nº 10.356, de 27 de dezembro de 2001, que dispõe sobre o Quadro de Pessoal e o Plano de Carreira do Tribunal de Contas da União e dá outras providências. Revoga expressamente a Lei 11.854/2008.

Eli Borges (PL - TO) - O Deputado discutiu o Projeto de lei nº 2.829, de 2025, que altera dispositivos da Lei nº 10.356, de 27 de dezembro de 2001, que dispõe sobre o Quadro de Pessoal e o Plano de Carreira do Tribunal de Contas da União e dá outras providências. Revoga expressamente a Lei 11.854/2008.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado discutiu o Projeto de lei nº 2.829, de 2025, que altera dispositivos da Lei nº 10.356, de 27 de dezembro de 2001, que dispõe sobre o Quadro de Pessoal e o Plano de Carreira do Tribunal de Contas da União e dá outras providências. Revoga expressamente a Lei 11.854/2008. Além disso, criticou o fato de a remuneração do nível SP01 da Câmara dos Deputados ter ficado abaixo do salário mínimo e afirmou ter recebido mensagens de servidores insatisfeitos. Ao final, pediu à Mesa Diretora a atualização da tabela salarial e defendeu diálogo com todos os colaboradores da Casa.

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada discutiu o Projeto de lei nº 2.829, de 2025, que altera dispositivos da Lei nº 10.356, de 27 de dezembro de 2001, que dispõe sobre o Quadro de Pessoal e o Plano de Carreira do Tribunal de Contas da União e dá outras providências. Revoga expressamente a Lei 11.854/2008.

Lucas Abrahao (REDE - AP) - O Deputado discutiu o Projeto de lei nº 2.829, de 2025, que altera dispositivos da Lei nº 10.356, de 27 de dezembro de 2001, que dispõe sobre o Quadro de Pessoal e o Plano de Carreira do Tribunal de Contas da União e dá outras providências. Revoga expressamente a Lei 11.854/2008.

Carlos Veras (PT - PE) - O Presidente da Sessão esclareceu que os níveis de remuneração SP01 e SP02 da Câmara dos Deputados estavam bloqueados e não poderiam ser usados para novas contratações, após questionamento do Deputado Cabo Gilberto Silva sobre salários inferiores ao mínimo. Afirmou que não havia trabalhadores em exercício recebendo abaixo do piso nacional e explicou que a Mesa Diretora discutia a reestruturação dessas faixas salariais. Também destacou ações em andamento para modernizar o acesso à Casa, reforçar a segurança, aprimorar o plano de saúde dos comissionados e atender demandas dos servidores terceirizados, incluindo reajuste do vale-refeição.

Marcel van Hattem (NOVO - RS) - O Deputado encaminhou a votação do Projeto de lei nº 2.829, de 2025, que altera dispositivos da Lei nº 10.356, de 27 de dezembro de 2001, que dispõe sobre o Quadro de Pessoal e



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 261.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 26/11/2025

o Plano de Carreira do Tribunal de Contas da União e dá outras providências. Revoga expressamente a Lei 11.854/2008.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado orientou a bancada na votação do Projeto de lei nº 2.829, de 2025, que altera dispositivos da Lei nº 10.356, de 27 de dezembro de 2001, que dispõe sobre o Quadro de Pessoal e o Plano de Carreira do Tribunal de Contas da União e dá outras providências. Revoga expressamente a Lei 11.854/2008.

Laura Carneiro (PSD - RJ) - A Deputada orientou a bancada na votação do Projeto de lei nº 2.829, de 2025, que altera dispositivos da Lei nº 10.356, de 27 de dezembro de 2001, que dispõe sobre o Quadro de Pessoal e o Plano de Carreira do Tribunal de Contas da União e dá outras providências. Revoga expressamente a Lei 11.854/2008.

Helder Salomão (PT - ES) - O Deputado orientou a bancada na votação do Projeto de lei nº 2.829, de 2025, que altera dispositivos da Lei nº 10.356, de 27 de dezembro de 2001, que dispõe sobre o Quadro de Pessoal e o Plano de Carreira do Tribunal de Contas da União e dá outras providências. Revoga expressamente a Lei 11.854/2008.

Gilson Daniel (PODE - ES) - O Deputado destacou que a obesidade se consolidou como um problema de saúde pública no Brasil, afetando milhões de pessoas e pressionando o SUS. Citou dados que apontaram aumento expressivo da doença e defendeu que ela fosse tratada como enfermidade crônica, e não como falha individual. Também anunciou a coleta de assinaturas para criar a Frente Parlamentar de Combate à Obesidade, iniciativa que buscou articular Legislativo, especialistas e sociedade civil na elaboração de políticas integradas. Por fim, ressaltou o papel da Sociedade Brasileira de Cirurgia Bariátrica e Metabólica, mencionou a necessidade de ampliar o acesso a tratamentos e cirurgias pelo SUS e afirmou que continuará cobrando informações e investimentos do Governo Federal para fortalecer ações de prevenção e cuidado.

Tarcísio Motta (PSOL - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação do Projeto de lei nº 2.829, de 2025, que altera dispositivos da Lei nº 10.356, de 27 de dezembro de 2001, que dispõe sobre o Quadro de Pessoal e o Plano de Carreira do Tribunal de Contas da União e dá outras providências. Revoga expressamente a Lei 11.854/2008.

Julia Zanatta (PL - SC) - A Deputada orientou a bancada na votação do substitutivo apresentado ao Projeto de Lei nº 2.829, de 2025, que dispõe sobre o Quadro de Pessoal e o Plano de Carreira do Tribunal de Contas



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 261.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 26/11/2025

da União e dá outras providências. Além disso, defendeu que a prioridade deveria ser a pauta da anistia, criticando a prisão do ex-Presidente Bolsonaro e acusando o Supremo Tribunal Federal de interferência política. Alegou que a Mesa Diretora estaria evitando pautar o tema para impor um texto alinhado ao Supremo Tribunal Federal, o que feriria a autonomia do Parlamento. Concluiu cobrando que a anistia seja votada rapidamente e que o plenário decida soberanamente sobre o assunto.

Delegado Caveira (PL - PA) - O Deputado orientou a bancada na votação do substitutivo apresentado ao Projeto de Lei nº 2.829, de 2025, que dispõe sobre o Quadro de Pessoal e o Plano de Carreira do Tribunal de Contas da União e dá outras providências.

Helder Salomão (PT - ES) - O Deputado orientou a bancada na votação do substitutivo apresentado ao Projeto de Lei nº 2.829, de 2025, que dispõe sobre o Quadro de Pessoal e o Plano de Carreira do Tribunal de Contas da União e dá outras providências.

Marcel van Hattem (NOVO - RS) - O Deputado encaminhou a votação do Art. 17-B contido no Art. 1º do substitutivo apresentado ao Projeto de Lei nº 2.829, de 2025, que dispõe sobre o Quadro de Pessoal e o Plano de Carreira do Tribunal de Contas da União e dá outras providências.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado criticou a política econômica do Governo Lula, afirmando que o País caminha para uma dívida pública de 10 trilhões de reais e comparando o desequilíbrio fiscal a uma família que gasta mais do que recebe. Criticou o aumento de ministérios e alertou que a continuidade desse cenário levaria à paralisação da máquina pública. Mencionou também a dependência crescente da população em relação ao Estado, saída de brasileiros com investimentos para outros países e acusou o Governo de desejar a população empobrecida. Por fim, atacou a condução do IBGE e reiterou que vem alertando para uma grave crise econômica.

Odair Cunha (PT - MG) - O Deputado, relator do Projeto de Lei nº 2.829, de 2025, esclareceu que o dispositivo em discussão tratava de concessão de licença compensatória para servidores efetivos que assumem funções de chefia, assessoramento e direção. Ressaltou ainda que esses profissionais precisam estar disponíveis 24 horas por dia e coordenam atividades essenciais, como a auditoria um orçamento de 5 trilhões de reais. Afirmou também que o benefício é justo, está dentro do orçamento público e pode ser convertido ou não em pecúnia, conforme a capacidade do órgão.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 261.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 26/11/2025

Laura Carneiro (PSD - RJ) - A Deputada orientou a bancada na votação do Art. 17-B contido no Art. 1º do substitutivo apresentado ao Projeto de Lei nº 2.829, de 2025, que dispõe sobre o Quadro de Pessoal e o Plano de Carreira do Tribunal de Contas da União e dá outras providências.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado orientou a bancada na votação do Art. 17-B contido no Art. 1º do substitutivo apresentado ao Projeto de Lei nº 2.829, de 2025, que dispõe sobre o Quadro de Pessoal e o Plano de Carreira do Tribunal de Contas da União e dá outras providências.

Helder Salomão (PT - ES) - O Deputado orientou a bancada na votação do Art. 17-B contido no Art. 1º do substitutivo apresentado ao Projeto de Lei nº 2.829, de 2025, que dispõe sobre o Quadro de Pessoal e o Plano de Carreira do Tribunal de Contas da União e dá outras providências.

Marcel van Hattem (NOVO - RS) - O Deputado orientou a bancada na votação do Art. 17-B contido no Art. 1º do substitutivo apresentado ao Projeto de Lei nº 2.829, de 2025, que dispõe sobre o Quadro de Pessoal e o Plano de Carreira do Tribunal de Contas da União e dá outras providências.

Sargento Gonçalves (PL - RN) - O Deputado orientou a bancada na votação do Art. 17-B contido no Art. 1º do substitutivo apresentado ao Projeto de Lei nº 2.829, de 2025, que dispõe sobre o Quadro de Pessoal e o Plano de Carreira do Tribunal de Contas da União e dá outras providências. Além disso, criticou o Comandante do Exército, afirmando que a postura do comandante envergonha a instituição e demonstra incapacidade de proteger seus próprios subordinados. Declarou ainda que, ao não defender seus colegas de farda, o comando fragiliza a instituição e coloca o País em risco caso precise de proteção.

Delegado Caveira (PL - PA) - O Deputado orientou a bancada na votação do Art. 17-B contido no Art. 1º do substitutivo apresentado ao Projeto de Lei nº 2.829, de 2025, que dispõe sobre o Quadro de Pessoal e o Plano de Carreira do Tribunal de Contas da União e dá outras providências. Além disso, criticou a falta de ação do Congresso em relação à prisão do que chamou de “maior líder político do Brasil” e acusou Parlamentares eleitos com essa bandeira de terem “desaparecido”. Cobrou também o Presidente da Câmara por não ter pautado a anistia, conforme prometido.

Helder Salomão (PT - ES) - O Deputado orientou a bancada na votação do Art. 17-B contido no Art. 1º do substitutivo apresentado ao Projeto de Lei nº 2.829, de 2025, que dispõe sobre o Quadro de Pessoal e o Plano de Carreira do Tribunal de Contas da União e dá outras providências.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 261.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 26/11/2025

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado afirmou que o Brasil vive um momento grave, acusando o Supremo Tribunal Federal e instituições da República de desrespeitarem a Constituição, especialmente em decisões relacionadas à prisão de Parlamentares, aos inquéritos das *fake news* e dos atos antidemocráticos e ao processo eleitoral de 2022. Criticou a perseguição à Oposição, classificou as prisões de aliados políticos como ilegais e disse que o País vive uma “ditadura da toga”. Defendeu a aprovação de uma anistia ampla, geral e irrestrita, alegando que falta apoio parlamentar suficiente, e acusou o Judiciário de ignorar decisões da Câmara, como no caso do Deputado Ramagem. Concluiu afirmando que não há democracia plena no Brasil sob as atuais condições.

Tarcísio Motta (PSOL - RJ) - O Deputado afirmou que Jair Bolsonaro e vários generais e ex-integrantes do Governo estão condenados por envolvimento em uma tentativa de golpe, após processos com amplo direito de defesa. Disse ainda que os responsáveis não aceitaram o resultado das eleições, incentivaram atos golpistas, tentaram Garantia da Lei e da Ordem, planejaram atentado e promoveram a depredação das sedes dos Três Poderes. Criticou também Parlamentares da oposição que deixaram o País, chamando-os de “fujões” e “covardes”, e afirmou que decisões do Plenário da Câmara contrárias à Constituição não têm legitimidade. Concluiu reforçando que não deve haver anistia para golpistas.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado orientou a bancada na votação do Projeto de Decreto Legislativo nº 167, de 2025, que aprova os textos do Protocolo de 1992 à Convenção Internacional sobre Responsabilidade Civil por Danos Causados por Poluição por Óleo (CLC PROT 1992) e das Emendas ao CLC PROT 1992, adotadas pela Resolução LEG.1(82), de 18 de outubro de 2000.

Sargento Gonçalves (PL - RN) - O Deputado orientou a bancada na votação do Projeto de Decreto Legislativo nº 167, de 2025, que aprova os textos do Protocolo de 1992 à Convenção Internacional sobre Responsabilidade Civil por Danos Causados por Poluição por Óleo (CLC PROT 1992) e das Emendas ao CLC PROT 1992, adotadas pela Resolução LEG.1(82), de 18 de outubro de 2000. Além disso, criticou declarações feitas contra o Deputado Delegado Ramagem, destacando sua atuação no combate ao crime organizado. Disse ainda que Parlamentares como Ramagem e Eduardo Bolsonaro estão sendo perseguidos, enquanto oposicionistas respondem processos no Supremo apenas por suas falas.

Delegado Caveira (PL - PA) - O Deputado orientou a bancada na votação do Projeto de Decreto Legislativo nº 167, de 2025, que aprova os textos do Protocolo de 1992 à Convenção Internacional sobre Responsabilidade Civil por Danos Causados por Poluição por Óleo (CLC PROT 1992) e das Emendas ao CLC PROT 1992, adotadas pela Resolução LEG.1(82), de 18 de outubro de 2000. Além disso, afirmou que o maior



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 261.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 26/11/2025

líder político do mundo estaria preso injustamente, enquanto o Presidente Lula seria culpado. Cobrou que o Presidente da Câmara cumpra a promessa de pautar a anistia, afirmando que o Centro e a Direita votariam a favor da medida para libertar presos políticos.

Tarcísio Motta (PSOL - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação do Projeto de Decreto Legislativo nº 167, de 2025, que aprova os textos do Protocolo de 1992 à Convenção Internacional sobre Responsabilidade Civil por Danos Causados por Poluição por Óleo (CLC PROT 1992) e das Emendas ao CLC PROT 1992, adotadas pela Resolução LEG.1(82), de 18 de outubro de 2000. Ademais, respondeu às críticas recebidas, afirmando que, embora tenha “rabo de cavalo”, não tem “rabo preso” com a Justiça. Disse não precisar fugir do País nem sustentar vida no exterior e declarou enfrentar tanto bolsonaristas quanto milícias no Rio de Janeiro. Defendeu ter orgulho de integrar a base do Presidente Lula, que enfrentou a Justiça e comprovou sua inocência.

Helder Salomão (PT - ES) - O Deputado afirmou que a extrema direita mantém uma autoestima “invejável”, sustentada por mentiras, ao chamar o ex-Presidente Bolsonaro de melhor líder do mundo, tendo sido o pior da história do País. Disse que, ao contrário da direita, os aliados do PT que foram perseguidos enfrentaram a Justiça e comprovaram inocência, enquanto Bolsonaro, seu filho, Ramagem e Carla Zambelli fugiram por terem “rabo preso”.

Eunício Oliveira (MDB - CE) - O Deputado homenageou os 40 Anos da Redemocratização do Brasil. Abordou o marco histórico da posse do Presidente José Sarney em 15 de março de 1985, assinalando o encerramento do regime militar de 1964. Destacou os sofrimentos enfrentados durante a ditadura, incluindo cassações, fechamento do Congresso, censura, prisões e morte, bem como a mobilização de brasileiros pela restauração das liberdades democráticas. Ressaltou ainda a importância da Constituição cidadã de 1988, que restituiu direitos fundamentais. Além disso, reconheceu o papel conciliador do Presidente Sarney ao harmonizar as forças democráticas divergentes e possibilitar a Assembleia Nacional Constituinte, consolidando a democracia brasileira.

Roberto Duarte (REPUBLICANOS - AC) - O Deputado abordou a crise de segurança pública na Amazônia Legal, particularmente no Acre, onde 17 organizações criminosas operam em 344 dos 772 Municípios da região, com o Comando Vermelho e o Primeiro Comando da Capital consolidando poder avassalador. Assinalou que o Acre é o único Estado amazônico com presença de facções em 100% de seus Municípios, transformando-se em corredor vital para o narcotráfico internacional e gerando sobreposição de crimes ambientais. Destacou que a taxa de homicídios na região é 31% acima da média nacional e que o aumento do



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 261.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 26/11/2025

consumo de entorpecentes, especialmente o "óxi", agrava a crise humanitária. Além disso, apontou a inadequação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 18, de 2025, da Segurança Pública e do Projeto de Lei nº 5.582, de 2025, chamado Lei Antifacção, que carecem de ações específicas para os dilemas amazônicos. Por fim, demandou políticas públicas direcionadas à Amazônia e ação coordenada do Estado brasileiro para recuperar o controle territorial e proteger a população.

Wilson Santiago (REPUBLICANOS - PB) - O Deputado apresentou indicadores positivos do mercado de trabalho da Paraíba, destacando que a taxa de desemprego atingiu 7% no terceiro trimestre de 2025, a menor desde 2012, com redução de 16 mil desocupados em relação ao mesmo período de 2024 e população empregada de 1.689.000 pessoas. Assinalou que o Estado figura entre os três nordestinos com menor desocupação e gerou mais de 1 milhão de contratações com carteira assinada desde 2019, com saldo positivo de 113 mil postos. Elogio a gestão do Governador João Azevedo e atribuiu esse desempenho à combinação entre responsabilidade fiscal, estímulo ao investimento público e privado, fortalecimento do ambiente de negócios e infraestrutura ampliada. Destacou ainda que o Sistema Nacional de Empregos da Paraíba oferecia 1.160 vagas em 12 Municípios e que a Paraíba mantém-se entre os quatro Estados nordestinos com maior renda domiciliar *per capita*. Reconheceu, porém, que o mercado ainda enfrenta desafios na formalização, com apenas 55,3% dos trabalhadores possuindo carteira assinada, embora tenha aberto mais de 6 mil postos formais em setembro.

Luiz Lima (NOVO - RJ) - O Deputado denunciou o tiroteio que resultou em uma criança atingida por bala dentro de uma escola no Rio de Janeiro (RJ), atribuindo o ocorrido ao domínio do Comando Vermelho na região. Apontou omissão do Governo Federal, que foi consultado para atuar, mas se recusou a intervir, preferindo críticas às operações policiais em vez de combater o crime organizado. Assinalou ainda que essa irresponsabilidade federal permite o avanço do crime sobre escolas, hospitais, comércio e trabalhadores, comprometendo a soberania estatal e a noção de Estado democrático. Cobrou do Governo Federal ação integrada de combate ao crime, apoio aos Estados, proteção das crianças e priorização da vida das famílias sobre conveniências políticas. Enfatizou que o Rio de Janeiro demanda o mínimo: segurança, presença estatal e coragem para enfrentar as facções criminosas.

Rubens Pereira Júnior (PT - MA) - O Deputado celebrou a sanção presidencial do Projeto de Lei (PL) nº 1.087, de 2025, que amplia a faixa de isenção do Imposto de Renda para quem ganha até cinco mil reais mensais, medida que devolve poder de compra à maioria trabalhadora. Destacou que matéria também institui desconto progressivo para quem auferir até sete mil trezentos e cinquenta reais, gerando ganho mensal de aproximadamente quarenta e seis reais e mais de seiscentos reais anuais com o décimo terceiro.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 261.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 26/11/2025

Assinalou também que a norma beneficia cerca de quinze milhões de contribuintes com renúncia estimada de vinte e cinco vírgula oito bilhões de reais em 2026, integralmente compensada pela tributação de alta renda. Ressaltou ainda que pela primeira vez o País estabelece alíquota mínima progressiva de até dez por cento sobre lucros e dividendos de quem ganha acima de seiscentos mil reais anuais, além de proteger Estados e Municípios com parte da arrecadação. Por fim, enfatizou que a legislação conjuga justiça social com responsabilidade fiscal, corrigindo desigualdades tributárias e permitindo que a maioria trabalhadora respire economicamente.

Ricardo Ayres (REPUBLICANOS - TO) - O Deputado celebrou a sanção de dois projetos de sua autoria: Projeto de Lei (PL) nº 1.778, de 2023, que cria a Rota Turística do Capim Dourado, em Tocantins, e o PL 1.779, de 2023, que institui a Rota Turística das Serras Gerais do Tocantins. Destacou que essas políticas públicas reconhecem o turismo como vetor de renda, inclusão produtiva e preservação ambiental, valorizando o artesanato tradicional do capim dourado e a biodiversidade tocaninense. Assinalou que as medidas foram construídas com participação de prefeitos, artesãos, guias, empresários, comunidades tradicionais e produtores rurais, nascendo do chão do Tocantins e dialogando com a vocação local. Enfatizou ainda que a sanção reafirma o Tocantins como marca turística nacional dotada de identidade e capacidade de transformar vidas, consolidando-o como grande protagonista do turismo ecológico e cultural do país. Por fim, agradeceu ao Governo Federal, aos moradores, às comunidades artesãs e empreendedores locais pela confiança nessas iniciativas de desenvolvimento sustentável.

Roberta Roma (PL - BA) - A Deputada apresentou o Nordeste, particularmente a Bahia, como protagonista da transição energética brasileira, destacando que mais de 30% da energia eólica nacional é gerada em território baiano, com centenas de parques eólicos e solares atraindo investimentos bilionários e gerando milhares de empregos. Assinalou que o Estado desponta como centro estratégico para produção de hidrogênio verde e que essa revolução energética descentraliza o desenvolvimento, reduzindo desigualdades em Municípios do interior. Enfatizou ainda que a transição energética exige três pilares: infraestrutura moderna de transmissão, segurança jurídica e estabilidade regulatória, além de incentivo à pesquisa e formação técnica. Destacou que a expansão das renováveis gera emprego e renda em localidades dependentes de repasses públicos, valorizando mão de obra local e fortalecendo o orgulho regional, desde que garantida responsabilidade social e participação das populações locais. Concluiu que a transição energética constitui agenda de soberania nacional, geração de empregos, desenvolvimento regional e inclusão social, demandando visão estratégica que una esforços público-privados e valorize o Nordeste como parceira estratégica no crescimento brasileiro.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 261.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 26/11/2025

Laura Carneiro (PSD - RJ) - A Deputada celebrou vinte anos do Ligue 180, serviço público de orientação e proteção contra violência de gênero que se consolidou como política consistente do Sistema Nacional de Enfrentamento à Violência. Destacou que entre novembro de 2024 e outubro de 2025 foram registrados mais de 632 mil episódios de violência, com quase 500 mil ocorridos na casa da vítima e em mais de 200 mil casos na casa compartilhada com o agressor, sendo a maioria dos agressores ex-companheiros ou companheiros. Assinalou ainda que o serviço funciona como porta de entrada da rede de proteção, oferecendo escuta 24 horas, gratuita, em diferentes línguas e com sigilo, além de constituir base de inteligência estatal para planejamento de políticas públicas e cumprimento de compromissos internacionais como a Convenção de Belém do Pará. Além disso, informou que em 2024 foram registrados mais de 750 mil atendimentos, com crescimento de 23% em relação ao ano anterior e aumento de 63% nos atendimentos via *WhatsApp*. Por fim, reafirmou seu compromisso com o fortalecimento do serviço, destacando aprovação na Câmara do Projeto de Lei nº 5.465, de 2016, que obriga divulgação em massa do número 180 em órgãos públicos e locais de grande circulação.

Ana Paula Lima (PT - SC) - A Deputada abordou a aprovação do Projeto de Lei nº 9.994, de 2018, na Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família, que inclui a Defensoria Pública da União na fiscalização de entidades de acolhimento institucional de crianças e adolescentes, bem como acesso às informações jurídicas das crianças acolhidas e providências adotadas em cada caso. Destacou que a Defensoria já atua na proteção dos direitos de crianças e adolescentes mediante medidas judiciais ou extrajudiciais e tem obrigação legal de assegurar direitos básicos de adolescentes em conflito com a lei. Assinalou que a presença do Órgão na fiscalização qualificará o acompanhamento dos acolhimentos institucionais, atuando ao lado do Judiciário, Ministério Público e conselhos tutelares, além de permitir acompanhamento com mais precisão e cobrança de providências quando necessário. Enfatizou ainda que a mudança amplia a capacidade estatal de acompanhar casos individuais, evitar prolongamento desnecessário do acolhimento e identificar falhas com rapidez, alinhando-se ao compromisso com a proteção integral prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente.

ENCERRAMENTO